

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 16 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na quinta-feira
0,25%
São Paulo
0,60%
Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
163.150 165.568
12/1 13/1 14/1 15/1

Dólar
Na quinta-feira
R\$ 5,368
(- 0,61%)

Últimos
9/janeiro 5,365
12/janeiro 5,372
13/janeiro 5,376
14/janeiro 5,376

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira

R\$ 6,235

CDI
Ao ano

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,90%

14,87%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18
Dezembro/2025 0,33



CASO MASTER

BC liquida a Reag

Dois meses após o fechamento do Master, alvo da Carbono Oculto tem operações interrompidas pela autoridade monetária

» RAPHAEL PATI

Quase dois meses após o fechamento do Banco Master, o Banco Central determinou, ontem, a liquidação extrajudicial da Reag Investimentos, que deixou de lado esse nome e passou a se chamar recentemente CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Há cinco meses, a Reag foi alvo da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal e da Receita Federal, que investigavam fraudes no setor de combustíveis e lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em nota, a autoridade monetária destacou que a liquidação foi motivada por "graves violações às normas que regem as atividades das instituições integrantes do SFN (Sistema Financeiro Nacional)". Ainda segundo o banco, o resultado das apurações pode levar à aplicação de sanções com caráter administrativo. Diante disso, os bens dos controladores e dos ex-administradores da instituição ficam indisponíveis, segundo a autoridade monetária.

As movimentações da empresa grupo de propriedade do bilionário João Carlos Mansur representam menos de 0,001% da soma total dos ativos do sistema financeiro, e, portanto, a companhia é enquadrada no segmento "S4", da regulação prudencial. Logo, a liquidação não deve causar um impacto maior nos recursos de outras instituições, ao contrário do Master, que possui ligações com a Reag Investimentos, ao atuar como prestadora de serviços para a instituição desde 2023. De julho daquele ano até o mesmo mês em 2024, o Master teria

movimentado R\$ 11,5 bilhões em fundos suspeitos controlados pela Reag, como indicam as apurações.

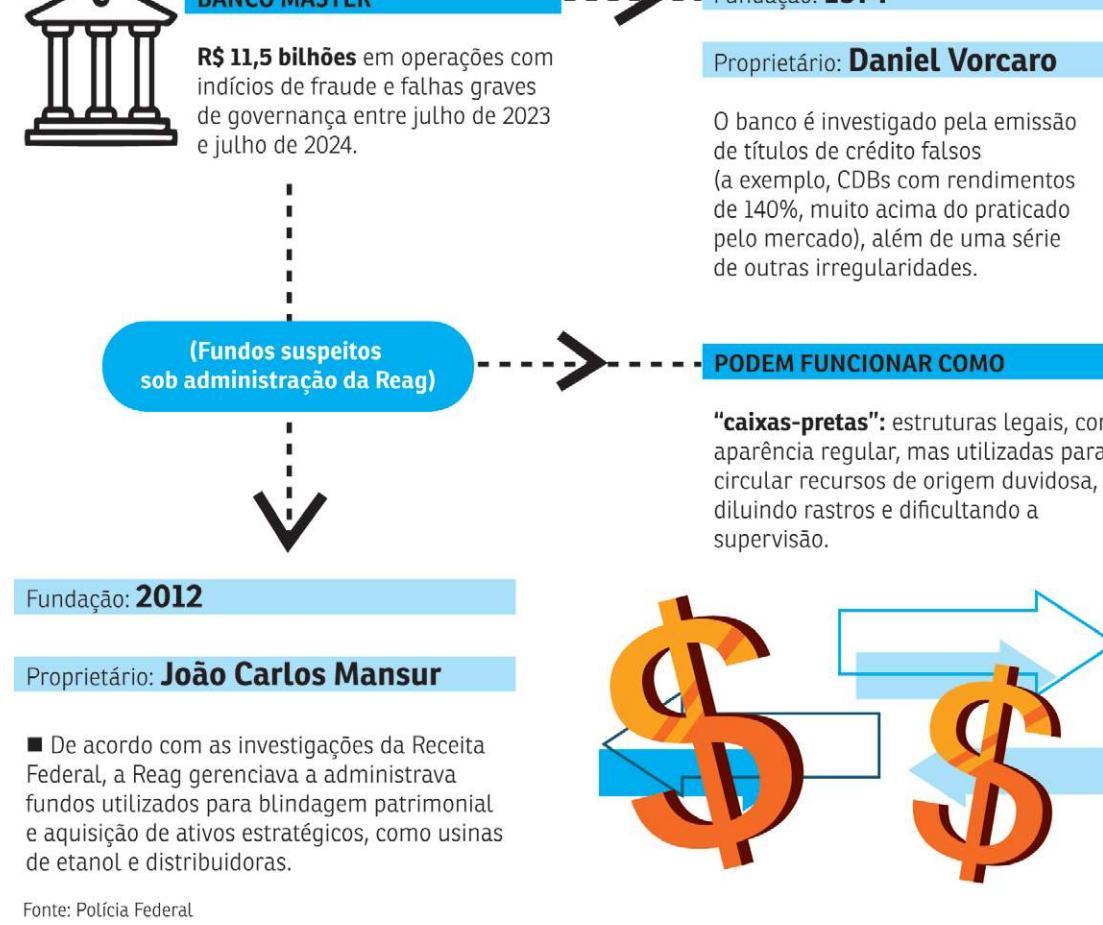
A Reag Investimentos é considerada uma das maiores gestoras e administradoras independentes do país. Em setembro de 2024, tinha sob gestão R\$ 218 bilhões de R\$ 486 fundos, conforme o último balanço. De acordo com o Master, liquidado em 18 de novembro do ano passado, a relação seria "estritamente operacional", como ocorre com diversas outras instituições do mercado. A Reag Capital Holding S.A. administrava a Reag Investimentos e a Ciabraf, também mencionada na Carbono Oculto. Essa última foi adquirida pelo Grupo Planner, na semana passada, em um negócio que envolvia a venda de uma oferta pública de aquisição de ações, o que, na prática, é um artifício utilizado pelo novo controlador para comprar as papéis em circulação e assumir o controle da empresa oficialmente. Até outubro do ano passado, a holding atuava como companhia aberta, até passar por uma reorganização das subsidiárias.

Fundada em 2012, a Reag já atuou em outros setores, como o teatro e o futebol, onde participou de projetos de entretenimento do estádio do Palmeiras, no antigo Parque Antártica (atual Allianz Parque), antes de fundar a holding. Investigado na Operação Compliance Zero, o executivo renunciou ao cargo de presidente do conselho de administração da Reag Investimentos em setembro do ano passado.

Mansur é graduado em ciências contábeis e acumula 35 anos de experiência no mercado financeiro, além de ser um conselheiro independente autorizado

O caminho da fraude

A Reag Investimentos prestava serviços ao Banco Master desde 2023, a partir de quando as investigações apontaram uso de fundos controlados pela empresa para ocultar fraudes



Fonte: Polícia Federal

pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ele atuou em outras empresas como PricewaterhouseCoopers (PwC), Monsanto, Tishman Speyer e WTorre Arenas, onde participou da criação do Allianz Parque.

Em meio a mais uma liquidação decretada pelo Banco Central, a Bolsa de Valores de São Paulo fechou o segundo dia seguido acima dos 165 mil pontos. Ontem, bateu novo recorde após avançar 0,26% na sessão, para 165.558 pontos. Na

semana, o índice da B3 acumula ganho de 1,35% e, no mês, avança 2,76%. O Índice Dow Jones encerrou o pregão com alta de 0,6%, e o Nasdaq, avançou 0,25%. O dólar, por sua vez, recuou 0,61%, para R\$ 5,368. (Com Agência Estado)



Venda de títulos podres

Como prestadora de serviços do Banco Master, a Reag Investimentos atuava como gestora e administradora de fundos onde a empresa de Daniel Vorcaro atuava e vendia seus produtos como investimentos. Apesar dessa relação estar dentro do que a lei prevê, as investigações apontam que ambas acobravam as irregularidades uma da outra, como avaliou o especialista e sócio do Mortari Bolico Advogados, Adilson Bolico.

"O Banco Master supostamente tinha prejuízos ou títulos ruins que precisava esconder para não parecer que estava em crise", disse o advogado. Na análise dele, a Reag poderia entrar fornecendo a estrutura de fundos para comprar "títulos podres" do Master. "Basicamente, o dinheiro sai do fundo, entra no caixa do banco e melhora o balanço dele. Como administradora, a obrigação dela era ser responsável por esse ativo. Ela deveria ter agido para evitar estas operações. A suspeita é que, em vez de fiscalizar, ela foi cúmplice", comentou.

Sobre os investimentos em títulos administrados pela Reag, Ricardo Rocha Neto, sócio-fundador do Abe Advogados, explicou que os fundos de investimento continuam ativos, já que eles têm personalidade jurídica própria, com regulação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Isso ocorre porque o problema, em si, é com a empresa gestora e não necessariamente com o patrimônio do fundo, desde que não haja irregularidades nos ativos. (RP)

Toffoli indica quatro peritos

» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli nomeou, ontem, quatro peritos da Polícia Federal para extraír e analisar os dados do material apreendido na Operação Compliance Zero, que apura o suposto esquema de fraude do Banco Master. Os bens e aparelhos eletrônicos estão sob custódia do Ministério Público Federal (MPF) por determinação do magistrado.

Toffoli destacou que os servidores terão livre acesso ao material apreendido e deverão contar com o apoio da Procuradoria-Geral da República (PGR) para acompanhamento dos trabalhos periciais. Os nomes indicados são: Luis Filipe da Cruz Nassif; Tiago Barroso de Melo; Enelson Canedia da Cruz Filho; e Lorenzo Victor Schrepel Delmutti.

Inicialmente, o ministro havia determinado que as provas fossem armazenadas e lacradas no edifício-sede da Corte — o que

não é de praxe. Ele havia ordenado que as autoridades competentes iriam periciar, mas não especificava quais nem como. Depois, a PF e a PGR pediram a reconsideração dessa decisão. Toffoli determinou que a guarda do material ficasse com a PGR e, ontem, autorizou a perícia por parte da Polícia Federal.

Ontem, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) havia emitido nota manIFESTANDO "preocupação" com o risco de perda de provas.

A postergação do envio ou realização

dos exames fora das unidades oficiais de criminalística, sobretudo

em relação a dispositivos eletrônicos,

pode levar à perda de vestígios relevantes para a persecução penal, ou mesmo à perda de oportunidades técnicas, por vezes irrepetíveis, como a análise de aparelhos ainda ativos ou recentemente desbloqueados", disse a entidade.

Nas diligências da segunda fase da Operação Compliance Zero, a

magistrado em autorizar uma in-

vestigação que envolve ele próprio.

A decisão de Moraes ocorre após

a divulgação na imprensa de contra-

tos milionários da mulher dele, a ad-

vogada Viviane de Barci, com o Banco

Master, alvo de investigação da Polí-

cia Federal por fraude, além de supostos

negócios entre os irmãos do ministro

Dias Toffoli, relator do caso na Corte

com a Reag — também investigada

na Operação Compliance Zero e li-

quidada pelo Banco Central.

O empresário Nelson Tanure e o investidor João Carlos Mansur, ex-presidente da gestora de fundos Reag Investimentos, também estiveram entre os alvos da ação. Segundo o ministro, surgiram indícios da prática de novos ilícitos supostamente cometidos pelo investigado, o que justificaria a ampliação das medidas. Ao reclamar da demora, o ministro do Toffoli argumentou que pessoas envolvidas em irregularidades podem "estar descharacterizando provas essenciais", podendo comprometer as investigações.

A investigação da Polícia Federal indica que o Banco de Brasília (BRB) realizou operações consideradas irregulares como o Banco Master numa tentativa de dar fôlego à instituição de Daniel Vorcaro, enquanto o Banco Central analisava a proposta de aquisição. O BRB formalizou a oferta em março do ano passado, mas o negócio foi

vetado pelo BC em setembro.

Os agentes recolheram 39 apare-

lhos celulares; 31 computadores;

30 armas; R\$ 645 mil em espécie;

23 veículos, avaliados em R\$ 16 mi-

lhões; e documentos considerados

relevantes para o avanço das inves-

tigações. Toffoli determinou que a

Procuradoria-Geral da República

mantenha os dispositivos eletrôni-

cios carregados e desconectados da

internet e rede de telefonia.

Embate com a PF

Na manhã de quarta-feira, foi realizada a segunda fase da força-tarefa que investiga um esquema de fraudes financeiras no Master — que incluiu buscas em endereços ligados a Daniel Vorcaro, dono da empresa, e parentes dele. A opera-

ção foi autorizada por Dias Toffoli,

que teceu críticas à Polícia Fede-

ral. O magistrado disse que há "fal-

ta de empenho" e demora por parte

da corporação no cumprimento

das ordens judiciais.

Segundo o professor e advogado

criminalista Alexandre Knopfholz, a

determinação de abertura de inqué-

rito para apurar vazamentos de dados

dos próprios ministros tem o mesmo

modus operandi adotado pelo STF no

caso das fake news o que, para ele, não

é usual. "Sem adentrar na discussão

da legalidade dessa decisão, é inegá-

vel que se trata de algo pouco comum,

que permite ilações, ainda que não

verdadeiras, de que o objetivo do in-

quérito seria funcionar como meio de

pressão para que os órgãos de con-

tro deixem de investigar os julgadores

e seus familiares." O presidente da Or-

dem dos Advogados do Brasil (OAB),

seccional Rondônia, Márcio Nogueira,

reforçou que o ordenamento juri-

dico brasileiro não admite a figura do

juiz-vítima-investigador-decisor. "Isso

compromete o princípio da imparci-

lidade, esvazia o devido processo legal

e cria mais um precedente institucio-

nal perigoso para o Estado Democrá-

tico de Direito", frisou. (LP)



Dias Toffoli recua e deixa PF analisar dados de material apreendido

Segundo as apurações, o Master vendeu R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito que nunca existiram ao BRB e tentou justificar a operação junto à autoridade monetária com documentos falsificados.

Investigadores apontam que integrantes da cúpula dos dois bancos produziram títulos fictícios para dar aparência de legalidade à transferência de valores realizada entre janeiro e maio de 2025.

» Congresso mobiliza várias CPIs

O escândalo envolvendo o Banco Master e a atuação de entidades religiosas passou a impulsionar, no Congresso Nacional, uma ofensiva parlamentar para aprovar as investigações sobre o caso, que já é alvo da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU). A repercussão levou à coleta de assinaturas tanto para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no âmbito Congresso, quanto para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados. Entre os signatários do requerimento da CPMI está o senador Fabiano Contarato (PT-ES), presidente da CPI do Crime